



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Colégio de Procuradores de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 88/2013-CPJ

REVOGADA PELA RESOLUÇÃO Nº 104/2015-CPJ

“Altera, em parte, a redação do art. 3º, da Resolução nº 28/2008-CPJ”

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, IX, da Lei Complementar nº 0416/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica excluída dos itens I e I.I, do art. 3º, da Resolução nº 28/2008-CPJ, a 14 Promotoria de Justiça Cível, que passa a integrar o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - O item I.V do art. 3º, da Resolução nº 28/2008-CPJ, passa a vigorar com a seguinte redação:

I.V – Integram o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente as 14, 18 e 19 Promotorias de Justiça com as seguintes atribuições:

a)- À 14 Promotoria de Justiça compete:

1 – fiscalizar e apurar irregularidades em entidades governamentais e não governamentais:

a) - que tenham como fim aplicação de medidas socioeducativas;

b) - que tenham como fim aplicação de medidas protetivas ou serviços públicos destinados às crianças e adolescentes, instaurando procedimentos extrajudiciais, propondo e acompanhando ações judiciais necessárias;

3 – fiscalizar os Conselhos Tutelares e suas ações;

4 – representar à autoridade judiciária nos casos de infrações administrativas previstas no ECA;

5 – acompanhar e fiscalizar as políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes;

b)- À 18 Promotoria de Justiça compete:

1 – atuar judicial e extrajudicialmente em tudo que respeite a atos infracionais;

c)- À 19 Promotoria de Justiça compete:

1 – atuar judicial extrajudicialmente na tutela individual dos direitos e interesses das crianças e adolescentes, recebendo os encaminhamentos dos Conselhos Tutelares;



Ministério Público do Estado de Mato Grosso Colégio de Procuradores de Justiça

- 2 – atuar nos processos administrativos perante a Diretoria o Foro da Infância e Juventude;
- 3 – atuar judicial e extrajudicialmente na tutela dos interesses das crianças e adolescentes relacionados a guarda, adoção, tutela e outras medidas específicas de proteção previstas no ECA;

Art. 3º - O item I.I, letra “a”, do art. 3º, da Resolução nº 28/2008-CPJ, passa a vigorar com a seguinte redação:

a)- Às 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Promotorias de Justiça:

- 1 – exercer as funções judiciais nos feitos cíveis, por distribuição, inclusive oriundos dos Juizados Especiais Cíveis e Turmas Recursais dos Juizados;
- 2 – fiscalizar as interdições e o exercício da tutela e curatela;
- 3 – acompanhar as ações ajuizadas pela 34ª Promotoria de Justiça, distribuídas às varas de família e sucessões de Cuiabá, relativas a interesses individuais das pessoas com deficiência, idosas e incapazes;
- 4 - fiscalizar, desde a criação até a extinção, as atividades desenvolvidas por fundações públicas e privadas e entidades de interesse social, com sede em Cuiabá;
- 5 – atuar, como *custos legis*, nos feitos relativos às falências e recuperações judiciais e propor, se necessário, ação penal falimentar;
- 6 – Atuar, como *custos legis*, nos feitos relativos a retificação de registro civil;
- 7 – habilitações de casamento;

Art. 4º - A letra “d”, do item I.II, do art. 3º, da Resolução nº 28/2008-CPJ, passa a vigorar com a seguinte redação:

d)- À 34 Promotoria de Justiça compete atuar judicial e extrajudicialmente, na tutela individual e coletiva do idoso, de pessoas com deficiência e incapazes; na assunção da titularidade ativa da ação civil nos casos de desistência ou abandono; na função de *custos legis* nas ações intentadas por outros legitimados e outros direitos previstos em leis especiais que tratam dessas pessoas.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Cuiabá, 05 de julho de 2013.

PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO
Procurador Geral de Justiça
Presidente do CPJ



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Colégio de Procuradores de Justiça

GILL ROSA FECHTNER

Procurador de Justiça

Secretário do CPJ